



ESPECIAL

Jornal da Câmara

BRASÍLIA-DF, MAIO DE 2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS

RODOLFO STUCKERT

190 anos do Parlamento

Da Constituinte de 1823 à consolidação da democracia

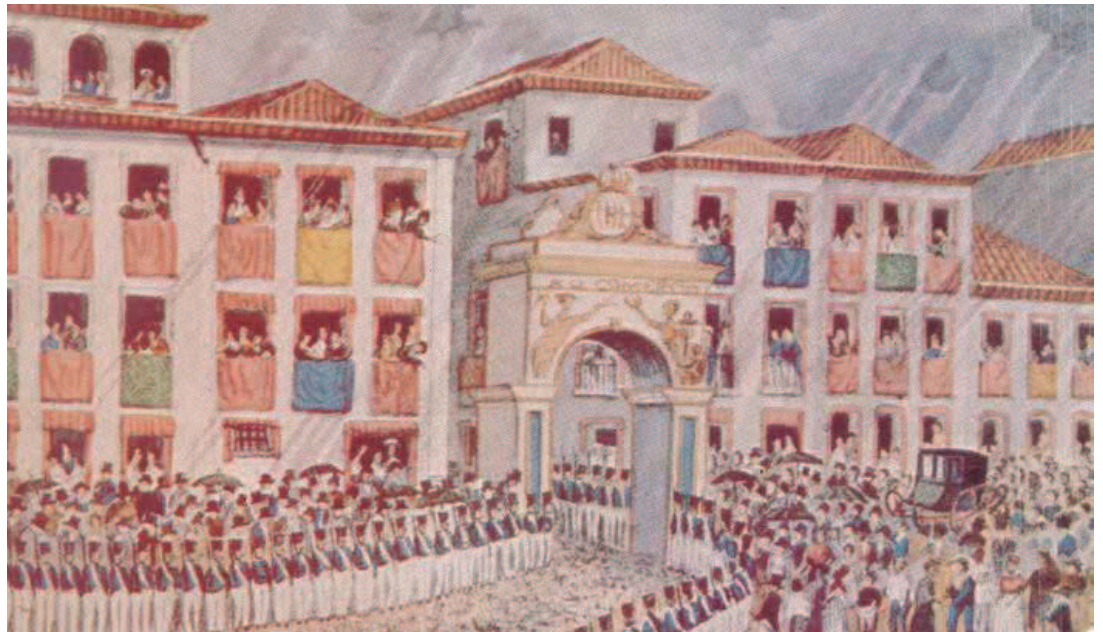


Um dia de festa no Rio

“As casas ostentavam todas as colchas de damasco e cetim de várias cores de que podiam dispor; os balcones exibiam senhoras em cujos olhos brilhantes se sentia o entusiasmo, vestidas com roupas de gala, com plumas e diamantes em profusão; na passagem das carruagens reais, acenávamos com os nossos lenços e esparzámos flores sobre os ocupantes”.

Assim o olhar estrangeiro de Maria Graham, escritora inglesa em visita ao Rio de Janeiro, descreveu o trajeto por onde passava o imperador Pedro I e sua corte a caminho da antiga Cadeia Velha, onde instalaria a I Assembleia Nacional Constituinte do Império do Brasil, em 3 de maio de 1823. “Esta manhã, o povo do Rio de Janeiro atapetou o caminho com folhagens, plantas cheirosas e flores, desde a ponte fora da cidade, pela Rua de São Pedro, Campo de Santana, agora Praça da Aclamação, Praça do Teatro e ruas do Ouvidor e Direita até o Palácio. Havia tropas alinhadas por todo o percurso”, prossegue o relato.

O Rio de Janeiro era então uma cidade com pouco mais de 300 mil habitantes, dos quais a metade era de escravos, negros forros e mulatos. Mais de 90% da população era analfabeta e pobre, e, portanto, não participava da vida política. Os membros da Constituinte foram escolhidos pelos mesmos critérios da eleição dos deputados às Cortes de Lisboa. Os eleitores eram apenas os homens livres, com mais de vinte anos, pelo menos um ano de residência na localidade em que viviam, e proprietários de terra. Eles escolhiam um colégio eleitoral que, por



sua vez, indicava os deputados de cada região. Estes tinham de saber ler e escrever, possuir bens e “virtudes”.

Como convidada à cerimônia de instalação da Constituinte, Maria Graham descreve com detalhes do momento em que D. Pedro chega ao local até à Fala do Trono, o longo discurso no qual recapitula

todos os episódios que levaram o Brasil à Independência de Portugal, em 1822, relata as medidas tomadas para recuperar as finanças do País e as obras que vêm sendo feitas não só na Corte, mas em outras províncias. E traça as linhas da Constituição que deseja para o País.

As cerimônias encerraram-se com um espetáculo de teatro, poesia e ópera. Ao fim da peça houve gritos

de saudação ao imperador, à imperatriz e à Pátria. Martim Francisco Ribeiro de Andrada surgiu à frente de um dos camarotes dos deputados e gritou: “Viva o povo leal e fiel do Rio de Janeiro”.

Fontes: GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*, Ed. Nacional, 1956, vol. 8.

GOMES, Laurentino. 1822. Editora Nova Fronteira, 2010.

Uma Constituição em que os três poderes sejam bem divididos de forma que não possam arrogar direitos que lhes não compitam, mas que sejam de tal modo organizados e harmonizados que se lhes torne impossível, ainda pelo decurso do tempo, fazerem-se inimigos.

D. Pedro I, Fala do Trono



Negros pedindo benção ao padre: Debret deixou registrada uma cena comum na época nas ruas do Rio de Janeiro

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Presidente: **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)**

Diretor: **Sérgio Chacon**

(61) 3216-1500

secom@camara.leg.br

1º Vice-Presidente
Andre Vargas (PT-PR)

2º Vice-Presidente
Fábio Faria (PSD-RN)

1º Secretário
Marcio Bittar (PSDB-AC)

2º Secretário
Simão Sessim (PP-RJ)

3º Secretário
Maurício Quintella Lessa (PR-AL)

4º Secretário
Biffi (PT-MS)

Suplentes
Gonzaga Patriota (PSB-PE), Wolney Queiroz (PDT-PR), Vitor Penido (DEM-MG) e Takayama (PSC-PR)

Ouvidor Parlamentar
Nelson Marquzelli (PTB-SP)

Procurador Parlamentar
Claudio Cajado (DEM-BA)

Corregedor Parlamentar
Átila Lins (PSD-AM)

Diretor-Geral
Sérgio Sampaio de Almeida

Secretário-Geral da Mesa
Mozart Vianna de Paiva

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas
Frederico Schmidt

Coordenador de Jornalismo
Antônio Vital

Editora-chefe
Rosalva Nunes

Editores
Sandra Crespo
Juliano Machado Pires

Reportagem
Cristiane Bernardes

Diagramadores
Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Ilustrador
Renato Palet

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1827

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA) em papel reciclado

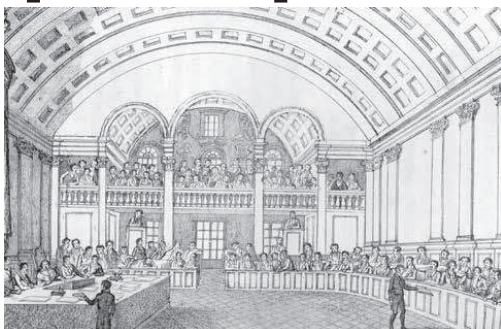
Desde 1823, uma luta histórica pela representação política

Reportagem especial de Cristiane Bernardes

Em 3 maio de 1823, às 12h30, teve início a história parlamentar brasileira, com a sessão solene de instalação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Estava criado o primeiro órgão legislativo de representação nacional no País.

O processo de criação do corpo legislativo tem seu início em 7 de março de 1821, com a Primeira Lei Eleitoral brasileira, um Decreto de D. João VI que convoca as eleições para os deputados brasileiros que deveriam participar das Cortes Gerais em Portugal. Pela primeira vez, como destaca o consultor legislativo Márcio Rabat, há um corpo representativo do país inteiro e formalmente autônomo de qualquer nação estrangeira. E isso antes mesmo do País decretar sua independência de Portugal.

O risco da empreitada não era privativo dos 102 representantes das províncias que deveriam tomar lugar na



A antiga cadeia velha, onde se reuniam os constituintes de 1823

primeira assembleia, mas também do próprio imperador. O professor Walter Costa Porto diz que D. Pedro I abriu mão de parte do seu poder para tentar implantar o parlamentarismo, mas irritou-se quando os deputados quiseram enfrentá-lo.

Tanto é que, com apenas seis meses de funcionamento, em novembro de 1823, a assembleia é dissolvida pelo imperador, depois do acirramento das relações por conta da entrada em discussão do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. Em 12 de novembro, na “Noite da Agonia”, como ficou conhecido o episódio, houve uso de força e violência, e Pedro I chegou a mandar

apontar canhões para o Parlamento e prender vários deputados.

Para o historiador Antônio Barbosa, “Pedro I é alguém que nasceu em uma casa real europeia absolutista e foi educado e preparado para ser um rei absolutista. Só que, quando chega o momento de ser imperador, o absolutismo já estava sendo derrubado. D. Pedro compreende essa nova realidade histórica da

qual é um agente importante, um protagonista, mas, ao mesmo tempo, tem características profundamente autoritárias. Daí esse embate com o Parlamento”. Isso, segundo Walter Costa Porto, explica a famosa frase do imperador aos constituintes: “Que os senhores façam uma Constituição digna do Brasil e de mim”, ou seja, que atendessem aos interesses dele.

Nos seis meses de funcionamento, a Constituinte aprovou e sancionou seis projetos de lei, dos 39 apresentados, sete requerimentos, 157 indicações, 237 pareceres, o regimento interno e uma proclamação aos povos do Brasil. O projeto de lei de imprensa colocado em discussão e que gerou a polêmica acabou sendo executado, provisoriamente, depois da dissolução da Assembleia.

A Câmara foi dissolvida 12 vezes durante o Império, sempre que o embate entre as diferentes facções (Conservadores ou Liberais) ou entre os legisladores e o governo atingiu um grau considerado elevado demais pelo imperador.

José Murilo de Carvalho, em “Cidadania no Brasil: o longo caminho”, denomina o regime da época de “monarquia presidencial”, porque o imperador tinha o direito de nomear os ministros.



As Cortes Portuguesas, da qual participaram deputados brasileiros

O papel do Parlamento na República

A Proclamação da República, em tese, deveria fortalecer o Parlamento e ampliar a importância das eleições. Isso ocorreu num primeiro momento, com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1890 e a promulgação da segunda Constituição, a primeira republicana, em 24 de fevereiro de 1891. Entretanto, em novembro daquele ano, o Parlamento seria fechado pelo presidente Marechal Deodoro da Fonseca, após a votação da Lei de responsabilidade do presidente da República.

As ações e questionamentos dos parlamentares sobre o Executivo acabaram gerando ações de repressão. Dez dias após o fechamento do Congresso, em 21 de novembro, Deodoro

da Fonseca renuncia à presidência. Para alguns estudiosos, ele teria assumido a culpa por seu ato autoritário. Para outros, o contragolpe de Floriano Peixoto, vice-presidente, é que o fez renunciar.

Quase 40 anos depois, em 1930, novamente o Congresso é fechado após a revolução liderada por Getúlio Vargas. Uma providência “temporária” que acabou somente três anos depois, com as eleições para a nova Assembleia Constituinte. O período de normalidade na representação, contudo, não durou muito. Em 1937, Vargas dá um golpe no seu próprio governo e estabelece o Estado Novo, que se estende por oito anos.

No primeiro mandato de Getúlio Vargas, o Parlamento aprovou todas as medidas ex-

cepcionais de repressão política solicitadas pelo presidente. O historiador Casimiro Neto comenta que o fechamento do Congresso surpreendeu deputados e senadores. “Quando o Parlamento foi fechado em 1937, o presidente da Câmara na época, Pedro Aleixo, escreveu uma carta a Getúlio dizendo que estava atônito porque tudo que ele tinha pedido ao Congresso para votar havia sido votado. Mesmo assim, a Casa ficou fechada de 1937 a 1945”.

Em 1964, os militares novamente interromperiam um governo eleito democraticamente. O Congresso, entretanto, não seria dissolvido. Seus trabalhos seriam suspensos algumas vezes, as prerrogativas diminuídas, parlamentares seriam cassados, os partidos existentes deixariam de

existir e uma parte dos senadores seria biônica, mas os deputados continuariam sendo eleitos pelo voto popular.

Para muitos autores, a ditadura militar estabelecida em 1964 não fechou o Congresso porque havia necessidade de manter a legitimidade do sistema político. Esse fato mostra que a ideia de representação evoluiu nos últimos dois séculos no Brasil e o papel do Legislativo como suporte para a estabilidade passou a ser reconhecido pelos outros poderes e também pela população. Mesmo que os embates na Câmara e no Senado ainda perturbem governantes e juizes, a democracia brasileira não admite mais dúvidas sobre a importância do Legislativo.

03/07/1821 – 1ª Lei Eleitoral – D. João VI convoca eleições para deputados brasileiros participarem das Cortes Gerais em Lisboa. Eleição é indireta.

19/06/1822 – A Decisão nº 57 – com instruções para a convocação da Assembleia Constituinte – é outorgada. Eleição indireta em dois graus, por maioria simples (cidadãos de paróquias elegem eleitores, que elegem deputados).

07/09/1822 – Independência do Brasil.
17/04/1823 – Instalação da primeira Assembleia, com a presença de 52

deputados, de 14 províncias. Pará, Piauí, Maranhão e Cisplatina não realizam eleições, pois ainda estão em guerras de independência.

03/05/1823 – Sessão solene instala a Assembleia Constituinte. D. Pedro I abre os trabalhos.

11/11/1823 – Noite da Agonia – Dissolução da Constituinte, após discussão sobre poderes do imperador. A ocasião ficou marcada pelo uso de força por D. Pedro. Legislativo fica suspenso de 12 de novembro de 1823 a 28 de abril de 1826.

25/03/1824 – Outorgada por D. Pedro I a 1ª Constituição do Império do Brasil.



Parlamento foi o primeiro espaço de debate nacional no Brasil

A criação do Parlamento brasileiro significou a existência do primeiro espaço para debate das questões que afetavam a Nação e para reunião das elites políticas regionais. Segundo o consultor legislativo Márcio Rabat, “isso é tão verdade que desde a sua criação o parlamento praticamente nunca deixou de funcionar”. Para ele, o Brasil constitui um conjunto de regiões de unidade tão complexo que “esse espaço de discussão central se torna quase imprescindível, mesmo quando ele não é tão democrático”.

No começo da história parlamentar, o eleitorado não era tão reduzido como pode-se imaginar. Segundo dados de estudiosos do Império, o número de votantes representava, aproximadamente, 13% da população livre em 1872. Márcio Rabat concorda, entretanto, com o professor Walter Costa Porto ao apontar como o principal problema da representação política no Império as fraudes no processo eleitoral. Por causa dos problemas na apuração dos votos, o governo sempre vencia as eleições. “Quem detinha o poder central no momento da eleição tinha as condições práticas de fazer com que seu grupo político tivesse



vitórias que eram inacreditáveis por sua dimensão. Tivemos mais de uma vez câmaras unânimes, em que todos os parlamentares eram de um partido só”, diz Rabat.

Apesar das dificuldades eleitorais, o processo de discussão realizado no Parlamento levou ao embate com o Imperador e ao fechamento do Legislativo por 12 vezes durante o Império. “Surpreendentemente, para um país de tanta fragmentação como o Brasil,

o Parlamento conseguiu ser um lugar central para as tomadas de decisão que afetavam o país por inteiro”, analisa o consultor. Um exemplo são as discussões sobre a integração das províncias, que resultaram em várias leis, e os debates sobre a descentralização do poder político e sobre o processo de modernização do Estado.

Direitos sociais e políticos - Se, por um lado, o espaço de discussão para as elites estava assegurado, por outro, o povo estava quase excluído do processo político. Como explica Márcio Rabat, “rigorosamente, é até difícil falar em direitos sociais e políticos no Brasil no século XIX pelas próprias características da sociedade da época, num contexto de escravidão e de predomínio avassalador da grande propriedade rural”. A distribuição não igualitária da terra gerou uma grande concentração de poder social, algo que se refletia na esfera política. “A esfera política nessa época, com todas as nuances que possamos fazer, era um condomínio fechado das grandes elites regionais”, avalia o consultor.

Mesmo assim, ele enfatiza que o Parlamento cumpriu um importante papel durante o Império ao tomar “as decisões que os grupos que tinham força política julgaram necessárias

para encaminhar o desenvolvimento da Nação”. Afinal, os debates realizados apontaram decisões para os processos futuros de desenvolvimento social. Um exemplo disso, segundo Rabat, é o debate sobre o fim da escravidão. Iniciado em 1826 com a apresentação do primeiro projeto de lei para abolir a escravidão, do deputado José Clemente Pereira (RJ), o debate foi acirrado a partir de 1850 com a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu definitivamente o tráfico de escravos para o Brasil.

A busca por direitos e cidadania

O primeiro período de consolidação de direitos sociais no Brasil deu-se a partir da década de 30 do século XX, com a legislação trabalhista e de previdência social criadas no Governo Vargas. E foi acompanhado de uma ampliação crescente do eleitorado. “Há idas e vindas na abertura política geral no século XX, mas não há mais retrocesso em termos de avanço no crescimento do eleitorado e na correção na apuração dos votos”, analisa o consultor Márcio Rabat.

Ao mencionar a proibição do voto dos analfabetos, instituída em 1891 pela República e somente revogada em 1985, o consultor avalia que o impacto da medida sobre a cidadania foi negativo. Mesmo sem a participação dos analfabetos, contudo, o processo de luta política acirrou-se depois de 1945, com o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores e a urbanização do País.

Um movimento social que, segundo o consultor, o sistema político não soube absorver, resultando na ruptura do regime em 1964. “Se as condições sociais não estão dadas, é muito difícil a mudança política”, conclui Rabat.

Crescimento do Eleitorado no Brasil

Ano da eleição	Número de eleitores	População total	% de eleitores
1872	1,1 milhão	9,9 milhões	13%
1886/ 1890	142 mil	14,3 milhões	0,8%
1894/ 1900	270 mil	17,4 milhões	2,2%
1930	1,8 milhão	32,1 milhões	5,6%
1945	7,5 milhões	55,9 milhões	13,4%
1960	12,5 milhões	70,9 milhões	18%
1970	22,4 milhões	94,5 milhões	23,7%
1986	65,6 milhões	134,6 milhões	47%
1989	72,2 milhões	142,3 milhões	50,7%
1994	77,9 milhões	153,7 milhões	50,6%
1998	83,4 milhões	158,2 milhões	51%
2010	115, 8 milhões	194 milhões	59,7%

Dados compilados a partir de: CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 9ª Ed. E dos sites do IBGE e do TSE.

06/05/1826 – Reabertura da Assembleia.

18/05/1826 – Deputado José Clemente Pereira (RJ) propõe abolir a escravidão a partir de 1840.

03/05/1829 – Abertura da 2ª Legislatura. D. Pedro fala sobre o fim do comércio de escravos e a necessidade de trazer outra mão de obra.

18/05/1829 – Apresentado outro projeto para abolir a escravidão.

16/12/1830 – Aprovado o Código Criminal. Cria-se o habeas corpus e acaba-se com as penas cruéis, como tortura e açoites.

07/04/1831 – D. Pedro I abdica do trono. País é governado pela Regência Trina Provisória.

1846 – Lei Eleitoral.

1847 – Cria-se a figura do presidente do Conselho de Ministros, na prática é instituído o Parlamentarismo.



25/06/1850 – Código Comercial e Lei Eusébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico negreiro.

1855 – Lei dos Círculos – Divide províncias em distritos de um só representante para eleger deputados com voto majoritário.

1864/70 – Guerra do Paraguai.

28/09/1871 – Lei do Ventre Livre.

1881 – Lei Saraiva institui voto direto para deputados e senadores.

28/09/1885 – Lei dos Sexagenários é sancionada.

1888 – Lei Áurea é assinada pela Princesa Isabel (Lei 3353).

1889 – Trabalhos legislativos ficam suspensos entre 17/06/1889 até 01/11/1889.

Em 15 de novembro é proclamada a República.

1890 – Assembleia Constituinte é convocada.

Fraudes eleitorais: da degola e do fósforo à urna eletrônica

A ocorrência regular de fraudes nas eleições dificultou a representação popular durante o Império e também na República. O professor de direito constitucional e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral Walter Costa Porto, ao falar da 1ª República, afirma: “não sei nem se dá pra chamar aquilo de República”. Segundo Porto, o poder do presidente no Brasil era extremo e a representação eleitoral chegava a apenas 2% ou 3% da população. “Não votavam as mulheres, e a legitimação das minorias não aparecia. É uma república pede isso”, explica.

O professor esclarece que muitos cidadãos não votavam porque não acreditavam nas eleições, que eram sempre fraudadas. “Havia uma fraude no início, quando se registrava o eleitor, havia uma fraude no cômputo das urnas, e havia, no final, a fraude maior: a verificação e o reconhecimento dos poderes. O que é isso? É o julgamento das eleições pelas próprias assembleias interessadas. A Câmara dos Deputados julgava suas próprias eleições, o Senado julgava suas próprias eleições, e o presidente da República era julgado por uma comissão mista do Congresso”.

No processo de reconhecimento dos eleitos, a Comissão de Verificação da Câmara, por exemplo, costumava cassar o mandato dos deputados ligados a determinadas facções políticas, especialmente aqueles contrários ao governo. O processo era conhecido como “degola”, que eliminava, na prática, a participação política dos opositores.

No Império e na 1ª República havia também o “fósforo”, cidadão que votava com o título de outro. Porto explica que no Rio Grande do Sul, na 1ª República, havia uma lei segundo a qual a mesa eleitoral não podia examinar o título eleitoral dos cidadãos. O professor conta uma história a respeito. “Dionélio da Fontoura, em seu livro de memórias, cita um caso que ocorreu em Santa Maria, cidade onde ele votava. Aparece um sujeito para votar e a mesa pergunta: o seu nome? Ele se volta para trás

pergunta: qual é o meu nome? O sujeito da fila dá um nome e ele volta para a mesa. Imagine um esquema como esse! Isso era muito comum, assim como as degolas”, afirma.

Além das fraudes eleitorais frequentes, os chefes políticos locais conseguiam o voto do eleitor em troca de favores e dinheiro ou por meio de ameaças: o chamado voto de cabresto. As táticas para vencer o pleito eram várias, conforme lembra o cientista político Jairo Nicolau: adulteração da lista de votantes, uso dos “capangas” para ameaças físicas aos eleitores, adulteração das atas eleitorais – as chamadas eleições “a bico de pena” – e controle da mesa eleitoral.

Segundo o historiador da UnB Antônio Barbosa, o Parlamento representava apenas os interesses das

oligarquias estaduais. “E é um parlamento que, na verdade, não traduzia o sentimento do conjunto da população brasileira. Primeiro, porque muito poucos votavam. Segundo, porque as fraudes eleitorais eram absolutas e absurdas. Existe uma expressão, ‘a mentirosa urna’, usada, exatamente, para caracterizar o sistema eleitoral brasileiro que vai vigorar durante toda a República Velha até 1930”.

As fraudes não eram característica exclusivamente brasileira, contudo.

Portugal estabeleceu o voto secreto em 1852 e a Inglaterra em 1850, exatamente

te pela preocupação dos legisladores com a lisura dos pleitos. No Brasil, a criação da Justiça Eleitoral, em 1932, foi um passo importante para coibir as fraudes, com a implantação da cabine de votação para garantir o voto secreto e a apuração do resultado pelos Tribunais Regionais Eleitorais, localizados nas capitais dos estados.

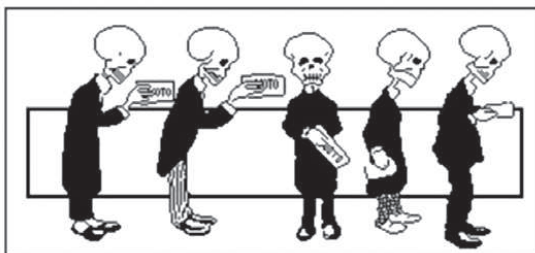
A implantação progressiva da urna eletrônica, na década de 1990, ampliou ainda mais a confiança nas eleições. Nas eleições de 2000, todos os cidadãos utilizaram o recurso. Jairo Nicolau destaca que a exclusão de determinados setores da sociedade da disputa eleitoral e as fraudes nas eleições geram graves problemas de legitimidade nos regimes políticos. Dessa forma, a estabilidade política brasileira pode ser um resultado das instituições eleitorais adotadas recentemente no País.

Fraudes mais comuns:

Fósforo - O cidadão que votava com o título de outro

Degola - A Comissão de Verificação da Câmara costumava cassar o mandato dos deputados ligados a determinadas facções políticas, especialmente os contrários ao governo

De cabresto - Os chefes políticos locais conseguiam o voto do eleitor em troca de favores e dinheiro ou por meio de ameaças



24/02/1891 – 2ª Constituição do Brasil. Acaba com o voto censitário. Voto não era obrigatório, nem secreto. Consolida a separação entre Igreja e Estado, institui o casamento civil e acaba com a pena de morte.

11/11/1891 – Marechal Deodoro fecha o Congresso e renuncia à Presidência dez dias depois.

15/11/1894 – Primeiro presidente civil eleito – Prudente de Moraes; Com o segundo presidente civil, Campos Salles, é estabelecida a Política dos Governadores; por meio dela, a comissão de verificação de poderes da Câmara nega o mandato aos eleitos que não agradem aos governos estaduais. O processo fica conhecido como “degola”. Política do café com leite: acordo não escrito entre paulistas e mineiros, que



deveriam se suceder na Presidência da República. São Paulo é o estado mais rico e Minas o mais populoso.

1917 – Aprovado o 1º Código Civil, substituindo a parte cível das velhas Ordenações Filipinas.

1923 – Primeira lei de previdência social do País.

1930 – Revolução de 30 – Getúlio Vargas fecha o Congresso.

1932 – 1º Código Eleitoral: voto feminino, voto proporcional para deputados/vereadores e voto secreto.

03/05/1933 – Eleições para a Assembleia Constituinte. Câmara tem sua primeira deputada: Carlota Pereira de Queiroz.

16/07/1934 – 3ª Constituição do País é promulgada; Getúlio é ungido automaticamente presidente constitucional.

Família Andrada: desde o século XIX participando da história do País

Se existe uma família que conhece bem os meandros e a história do processo político no Brasil são os Andradas. Desde a fundação do Parlamento, um Andrada é presença constante no Legislativo. Atualmente, a família é representada pelo deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), que cumpre seu 9º mandato consecutivo.

Ao assumir a cadeira em 1979, o deputado substituiu seu pai, José Bonifácio Lafayette de Andrada, que presidiu a Câmara de 1968 a 1970. Revolucionário de 1930, Lafayette também apoiou o regime militar instaurado em 1964 e encerrou seu último mandato em 1978. Ao saber que o filho estava ajudando na organização dos militares em 1964, alertou: “Meu filho, eu sei como começa uma revolução, mas nunca se sabe como termina”.

O relato é feito pelo próprio Bonifácio de Andrada, que cumpria então seu segundo mandato como deputado estadual pela UDN. Advogado e professor de Direito Constitucional, anos depois ele participou ativamente do processo de elaboração da Assembleia Nacional Constituinte (1986/87) como titular da Comissão de Redação e da Subcomissão do Poder Executivo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. “Era uma experiência muito interessante nessa época, porque eu dava aulas pela manhã na UnB sobre Direito Constitucional e, à tarde, participava da comissão de redação da Constituição Brasileira”, lembra.

Revolução de 30 - O deputado conta que sua família apoiou também a Revolução de 30, encabeçada por Getúlio Vargas. O avô dele, José Bonifácio de Andrada e Silva, foi embaixador e deputado federal de 1899 até 1930. Em discurso em 5 de agosto de 1929 lançou as bases e os fundamentos da Aliança Liberal e formalizou o rompimento político das bancadas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba com o governo federal, fato que desencadeou o movimento revolucionário.

Representação no Legislativo e Executivo

1821 - Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (SP) participa das Cortes de Lisboa, mas se nega a assinar a Constituição portuguesa.

1822 - José Bonifácio de Andrada e Silva encabeça o primeiro ministério brasileiro, formado em janeiro de 1822.

1823 - Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (SP) apresenta fórmula de juramento para os deputados constituintes em 18/04/1823. Junto com os irmãos José Bonifácio e Martim Francisco foi exilado em Paris com a dissolução da Constituinte em 12/11/1823.

1831 - Martim Francisco Ribeiro de Andrada (SP) preside a Câmara.

1840 - Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (SP) é nomeado ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império em 1840. Martim Francisco assume a Secretaria de Estados dos Negócios da Fazenda.

1864 - Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, neto de José Bonifácio e filho de Martim Francisco, muda-se para Barbacena, dando origem ao ramo mineiro da família.

1867 - José Bonifácio de Andrada e Silva (o Moço - RJ) discute a questão da servidão e, em 1868, a questão da Guerra do Paraguai.

1882 - Martim Francisco Ribeiro de Andrada Filho, irmão de José Bonifácio (o Moço) e Antônio Carlos, também preside a Câmara.

1929 - José Bonifácio de Andrada e Silva lança as bases da Aliança Liberal, movimento que desencadeou a Revolução de 30.

1933 - Antônio Carlos Ribeiro de Andrada IV (MG) preside a Assembleia Nacional Constituinte e, posteriormente, a Câmara dos Deputados até 1937.

1968 - José Bonifácio Lafayette de Andrada preside a Câmara.

1986/87 - Bonifácio de Andrada participa da Assembleia Nacional Constituinte.



BETO OLIVEIRA/ACERVO CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bonifácio de Andrada

Foi uma pressão tão grande em cima dele, coitado, que teve que dissolver o partido 30 dias depois. Esse manifesto tinha termos bem radicais, marxistas”, conta. Durante o embate com Vargas, Antônio Carlos abandonou a política. No período do Estado Novo, sua única manifestação política foi uma entrevista para a revista *Diretrizes*, na qual declarou: “as democracias sempre vencerão a opressão”.

José Bonifácio, o Patriarca, também é considerado um antepassado muito relevante pelo parlamentar. “Era um cientista, viajou a Europa inteira para estudar formas de implantar a siderurgia e a metalurgia em Portugal. Apesar de seus embates com D. Pedro I, é escolhido por ele para ser o tutor de seu filho, D. Pedro II, quando o primeiro retorna a Portugal. Porque era considerado pelo imperador um dos únicos homens no Brasil à altura da tarefa”, conta.

Momento atual - Em relação ao momento atual, o deputado lamenta as mudanças pelas quais a política passou nos últimos 30 anos. “A força política, partidária e administrativa foi substituída pelo dinheiro”, diz. Segundo ele, “os deputados mais votados nomeavam delegados, professores, servidores, influíam na nomeação de juízes, os políticos eram poderosíssimos e a eleição não era feita na base do dinheiro. Hoje já uma distorção, pois os políticos passaram a ser nada, e os que mandam não têm vinculação com o povo, pois não foram eleitos. A representação popular se enfraqueceu terrivelmente”, resume.

Dos oito filhos do deputado Bonifácio Andrada, cinco já estão na política. Antônio Carlos é o atual prefeito de Barbacena, e Lafayette de Andrada é deputado estadual e líder da bancada do governo em Minas Gerais. Para as próximas gerações, parece que o futuro dos Andradas na política está garantido.



José Bonifácio



Martim Francisco



Antônio Carlos

na frente de casa e a minha bola caiu na rua. Um soldado que estava de guarda a levou. Eu fiquei indignado, chorei, mas não podia fazer nada”, conta o deputado.

Tio-avô de Bonifácio, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada presidiu a Câmara no período 1933-37. Bisneto de José Bonifácio (o Patriarca da Independência), foi eleito deputado federal em 1911. Em 1926, foi eleito presidente de Minas. Instituiu o voto secreto nas eleições municipais e estaduais em Minas Gerais em 1927, a primeira vez que isso ocorreu no País. Foi um dos líderes da Revolução de 30 e autor da frase: “Façamos a revolução, antes que o povo a faça”.

Tendências liberais - Para Bonifácio Andrada, Antônio Carlos foi um de seus antepassados mais interessantes. “Ele tinha muitas tendências liberais. Quando chegou a Barbacena, em 1890, lançou um manifesto e fundou o Partido do Operariado Barbacenserense.

1935 - Deputados Domingos Velasco e João Mangabeira e senador Abel Chermont são presos por suposto envolvimento com a Intentona Comunista.

1937 - Estado Novo - Mais longo período de Congresso fechado. Constituição de 1937, a polaca, é outorgada. Vargas pode expedir decretos-lei, confirmar ou não governadores e nomear interventores.

02/12/1945 - Eleições para nova Constituinte.

31/01/1946 - Gaspar Dutra toma posse.

18/09/1946 - Promulgada a 5ª Constituição do País, com menor ênfase presidencialista e eleições diretas em todos os níveis.

1947 - Eleição para as constituintes estaduais. TSE cassa parla-



mentares do PCB.

1954 - Crise no governo Getúlio Vargas leva o presidente ao suicídio, em 28 de agosto.

1955 - Juscelino Kubitschek é eleito presidente da República.

1960 - Inauguração de Brasília em 21 de abril, com a mudança dos poderes para a nova capital.

1961 - Jânio Quadros assume a presidência, mas renuncia sete meses depois. A campanha da Legalidade, e a solução política negociada, com a implantação do parlamentarismo, permitem que o vice, João Goulart, assumisse. Tancredo Neves assume como primeiro-ministro.

No século 21, mulheres ainda não conseguiram igualdade na política

Na segunda década do século XXI, 190 anos depois da criação do Parlamento, as mulheres brasileiras ainda estão comemorando “as primeiras” vitórias em diferentes campos. A observação, em tom de desabafo, é feita pela historiadora e consultora legislativa Débora de Azevedo, que destaca o quanto o Brasil está atrasado em relação aos vizinhos na participação política feminina.

Em 2010, a primeira brasileira foi eleita presidenta da República: Dilma Rousseff. E a primeira deputada federal ocupou uma vaga na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados: Rose de Freitas (PSDB-ES). Em 2011, a primeira deputada a ser indicada para o Tribunal de Contas da União foi Ana Arraes. Alguns anos antes, em 2000, Ellen Gracie foi a primeira mulher a ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

Elas são maioria na população e nas universidades. Porém, o Brasil permanece em 111º lugar em número de mulheres no Parlamento, em uma lista de 140 países. Apenas 8,7% dos eleitos em outubro de 2010 para a Câmara eram



Na Constituinte de 1933, a primeira deputada: Carlota Pereira de Queirós, uma mulher entre 214 homens

mulheres. E desde a conquista do voto feminino, em 1932, apenas 175 mulheres alcançaram a façanha de serem eleitas para a Câmara dos Deputados. Na atual legislatura, há apenas 45 deputadas, ou 8,77% do total da Casa. No Senado, são 12 senadoras.

Débora de Azevedo destaca que as mulheres necessitam de certas pré-

-condições para que possam participar politicamente. “A questão do cuidado com os filhos é fundamental nessa discussão. As creches são pré-requisito para que a mulher possa ser livre para exercer a luta política, porque é preciso ter tempo para participar politicamente, e as mulheres acabam deixando isso de lado”, avalia.

A historiadora enfatiza que a entrada das mulheres no Parlamento trouxe para a discussão pública temas antes restritos à esfera privada, como cuidados na infância, trabalho feminino, violência familiar e doméstica, educação infantil, saúde materna e da mulher, entre outros. Contudo, o regime militar de 1964 cassou cinco das seis deputadas eleitas, o que atrasou o processo de inclusão feminina no Congresso. Por exemplo, a primeira senadora só foi eleita em 1989, depois da redemocratização: Júnia Marise (PDT-MG).

Segundo Débora, a eleição de Dilma Rousseff para a presidência da República trouxe visibilidade para a participação feminina na política, o que pode auxiliar na luta pelos direitos políticos iguais.

Entretanto, ainda é cedo para avaliar a influência real que haverá sobre o tema e se outras iniciativas vão aparecer. “Um movimento político interessante que surgiu nos últimos anos é a Marcha das Vadias, uma forma absolutamente nova de organização das mulheres no Brasil contra a violência”, analisa.



Luta pelo direito ao voto é universal: mulheres em passeata nos Estados Unidos, em 1913

Evolução da participação feminina

1927 – Alzira Soriano de Souza é eleita prefeita no município de Lages (RN), único estado em que o voto às mulheres era permitido. Em 25 de novembro, 15 mulheres votaram pela primeira vez na América Latina, mas seus votos foram anulados um ano depois.

1932 – Novo Código Eleitoral garante o direito de voto facultativo às mulheres.

1933 – Nas eleições para a assembleia constituinte, 214 deputados e uma deputada: Carlota Pereira de Queirós.

1934 – Joanna da Rocha Santos (PSD) é eleita prefeita de São João dos Patos (MA). Em SC, Antonietta de Barros foi eleita para a assembleia estadual: a primeira mulher eleita naquele estado e a primeira negra eleita no Brasil.

1967 – Seis mulheres são eleitas para a Câmara, triplicando o tamanho da bancada feminina. Mas, com o golpe militar, cinco delas são cassadas.

1987 – O número de deputadas federais eleitas salta de oito, em 1983, para 29 em 1987, possibilitando a inclusão de temas importantes para as mulheres na Assembleia Nacional Constituinte.

2002 – A representação feminina na Câmara chega a seu maior número: 52 mulheres são eleitas deputadas federais.

31/03/1964 – Golpe militar. João Goulart é deposto.

09/04/1964 – Militares baixam o Ato Institucional nº 1, e nomeiam-se para o Comando Supremo da Revolução, atropelando o Congresso.

10/04/1964 – 40 deputados são cassados de uma vez só, inclusive alguns da UDN. Leonel Brizola (PTB-RS) entre eles.

20/10/1966 – Congresso sofre invasão militar e é fechado até 22 de novembro, depois de três levadas de cassações.

15/03/1967 – No mandato de Castelo Branco, militares criaram uma nova Constituição. Eleições indiretas para governador



e recesso do Congresso. Bipartidarismo.

13/12/1968 – AI 5 - Congresso é fechado em outubro. País governado por decretos presidenciais.

1977 – Desde 1964, 168 deputados são cassados. Em abril, o governo fecha mais uma vez o Congresso. Governo promulga a Emenda Constitucional 7, que cria os senadores biônicos.

13/10/1978 – Emenda Constitucional põe fim aos Atos Institucionais e reinstalou o pluripartidarismo.

1979 – Lei da Anistia Política. Diversos exilados retornam ao País.

Adoção do voto proporcional ajuda na consolidação dos partidos

O processo de adoção do sistema proporcional para a eleição dos deputados no Brasil foi importante para a consolidação de um sistema partidário nacional, ao contrário da situação da 1ª República, em que havia um partido republicano em cada estado. A opinião é do cientista político e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Jairo Nicolau. Segundo ele, o principal argumento para a mudança no sistema eleitoral a partir da década de 30 foi a proteção das minorias nas eleições.

No Brasil, o voto proporcional está em vigor desde 1945, com pequenas alterações em 1950. A Assembleia Constituinte de 1933 foi a primeira eleita em um sistema proporcional, porém esse sistema foi alterado com o fim do Estado Novo. Segundo Jairo Nicolau, a implantação do sistema proporcional era uma verdadeira obsessão do político gaúcho Joaquim Assis Brasil, que presidiu a comissão que elaborou o Código Eleitoral de 1932 e implantou o primeiro sistema deste tipo no País.

Estudioso de sistemas partidários

e eleitorais, autor da obra "Eleições no Brasil. Do Império aos dias atuais", de 2012, Nicolau enfatiza que não há um sistema perfeito. O sistema majoritário ou distrital, como passou a ser chamado no Brasil o método em que apenas um deputado é eleito em cada distrito, é mais simples para compreensão do eleitor e, em alguns casos, favorece o acompanhamento do mandato parlamentar, pois há apenas um representante para a região do cidadão. Entretanto, promove uma série de distorções na representação partidária. O professor cita o exemplo do Reino Unido, onde o Partido Conservador obteve 30% de votos, mas conseguiu mais de 50% das cadeiras na House of Commons (Câmara dos Comuns).

Para Nicolau, a principal vantagem do sistema proporcional é garantir que os partidos possam ter representação no Legislativo mais ou menos do tamanho de sua força política. O professor ressalta ainda que o sistema proporcional é o mais usado no mundo, e em recentes reformas eleitorais vários países instituíram esse método ou sistemas mistos para evitar os pro-



A Assembleia Nacional Constituinte de 1933, depois da Revolução de 30, foi a primeira eleita em um sistema proporcional no País

blemas causados pelos majoritários.

Mudança nos perfis - Em relação às mudanças no perfil dos parlamentares desde os anos 40, o professor acredita que elas não são consequência apenas da adoção do sistema proporcional, mas de modificações sociais

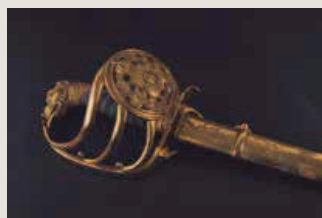
mais profundas, como a maior escolaridade da população, a ampliação dos movimentos sociais etc. "Entretanto, o sistema proporcional não impediu essa renovação, a democratização do Congresso brasileiro, o que poderia ter ocorrido com outros sistemas", avalia.

COMEMORAÇÕES

Eventos marcam os 190 anos do Legislativo

Uma sessão solene do Congresso Nacional, nesta terça-feira (7), faz parte das comemorações dos 190 anos do Parlamento, que incluem ainda lançamento de publicações, exposições e debates, entre outras atividades.

Como parte das celebrações, já



foram lançados o catálogo da exposição "120 Anos de República" e o Calendário 2013 da Câmara, com imagens que marcaram a história do Poder Legislativo no Brasil.

Ainda em maio, a data será lembrada durante a Semana de Museus, entre os dias 13 e 17. O tema central será "190 Anos de História: Por que Preservar?".

Também será realizada uma exposição alusiva aos 25 anos da Consti-



tução de 1988, sob a ótica da liberdade de expressão.

De julho a agosto, o Salão Negro do Congresso Nacional receberá outra exposição comemorativa: "O Império em Brasília: 190 Anos da Assembleia Constituinte de 1823". Com objetos de época trazidos do Museu Imperial de Petrópolis (fotos), a exposição vai mostrar um pouco dos hábitos da sociedade brasileira no século 19, e objetos que



pertenceram à família imperial.

Para o segundo semestre, está previsto o seminário "190 anos do Parlamento Brasileiro", que trará especialistas ao Congresso para discutir o papel fundamental do Legislativo na história política do País nos dois últimos séculos.

19/11/1980 – Eleições diretas para governador e fim dos senadores biônicos.



25/04/1984 – Votação da emenda das Diretas Já (Dante Oliveira) não obtém sucesso, pois

faltaram 22 votos para sua aprovação.

15/01/1985 – Colégio Eleitoral elege Tancredo Neves, que, mesmo numa eleição indireta, representa a retomada de prerrogativas do Legislativo.

15/03/1985 – Sarney assume o governo com a doença de Tancredo. O presidente eleito indiretamente morre em 21/01/1985.

27/11/1985 – Convocada Assembleia

Nacional Constituinte para 1º de fevereiro de 1987.

1987/1988 – Assembleia Nacional Constituinte.

05/10/1988 – Promulgada a Constituição Cidadã, 7ª do Brasil e 6ª da República.

1989 – Eleições presidenciais diretas depois de 29 anos.

1992 – Pela primeira vez na história, uma crise entre Executivo e Legisla-

tivo é resolvida nos termos legais e constitucionais, com o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello no Congresso.

1997 – Aprovada reeleição para os cargos do Executivo.

